

Câmara decide nesta quarta-feira prorrogação dos contratos de ônibus

Vereadores de oposição são contrários à medida e votaram contra na primeira sessão

Da Redação

A Câmara Municipal realiza nesta quarta-feira (15) a última votação, ou seja, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar que trata da prorrogação excepcional das atuais concessões do serviço de transporte público coletivo da cidade. A sessão, referente à 21ª Reunião Ordinária de 2026, tem início às 18h no Plenário, com transmissão ao vivo pela TV Câmara e pelo canal da emissora no Youtube.

Justificativa

A Prefeitura, autoria da proposta, sustenta que a medida é necessária porque os contratos vigentes com os atuais operadores das linhas municipais vencem no final deste mês de abril. Já os vereadores da oposição, questionam a medida (leia mais abaixo).

O projeto estende os contratos atuais sem modificar o padrão da frota ou o formato da operação. Na primeira análise de legalidade, ou seja, na primeira votação em 8 de abril, o texto recebeu aprovação de 25 dos 32 vereadores presentes.

Nela, foi incorporada uma emenda apresentada pelo vereador Paulo Haddad (PSD-SP), líder do governo na Câmara, que limita o tempo máximo da prorrogação a dois anos, reduzindo o prazo de três anos que constava na proposta original.

Ainda segundo a justificativa apresentada, a prorrogação

funciona como uma margem de segurança jurídica para evitar a interrupção do atendimento aos usuários durante o período de transição para o novo modelo de concessão.

O texto inclui uma cláusula resolutiva que determina o encerramento automático da extensão contratual assim que os novos concessionários iniciarem as operações. Dessa forma, os prazos estabelecidos no edital da nova concessão para a assunção do serviço não sofrem alterações em decorrência desta votação.

Trâmite

O processo de transição envolve o cumprimento de etapas formais, jurídicas, societárias e operacionais, como habilitação, julgamento, recursos, homologação e a constituição de Sociedades de Propósito Específico (SPE). Entre as SPEs previstas está a de Bilhetagem e Monitoramento, que contará com a participação da Emdec (autarquia municipal responsável pelo trânsito campineiro). Outras fases subsequentes incluem a assinatura dos contratos, a apresentação de planos operacionais abrangendo garagens e aquisição de frota, a emissão da Ordem de Serviço e, por fim, o Termo de Início de Operação.

Nova licitação

O leilão da nova concessão foi concluído em 5 de março, definindo os responsáveis pelos ser-



Projeto estende os contratos atuais sem modificar o padrão da frota ou o formato da operação

viços nos próximos anos.

O Consórcio Grande Campinas venceu a disputa pelo Lote Norte, que atende as regiões Norte, Oeste e Noroeste.

Já o Lote Sul, que engloba as regiões Leste, Sul e Sudoeste, será operado pela Sancetur - Santa Cecília Turismo Ltda.

Atualmente, o processo encontra-se na análise da documentação, incluindo as planilhas das empresas vencedoras, etapa que pode demandar diligências externas para esclarecimentos técnicos e não possui um prazo fixo para conclusão.

Oposição

Vereadores de oposição criticam a prorrogação do sistema de transporte e votaram contra a proposta na primeira votação.

“O atual modelo está falido. O povo não aguenta mais. São concessões multimilionárias para empresas que humilham a população e prestam um péssimo serviço”, pontua a vereadora Mariana Conti (PSol-SP).

“A renovação com as atuais concessionárias mais dois anos é um desrespeito sem tamanho

com a cidade. É preciso ter coragem para repensar o transporte a partir de seu caráter público, e avançar com a tarifa zero”, complementa. De acordo com a vereadora Guida Calixo (PT-SP), trata-se de “uma brutalidade que escancara o desrespeito com a população que sofre todos os dias com um ônibus caro e de péssima qualidade. Em vez de enfrentar o problema, escolheram proteger interesses e empurrar a crise com a barriga. Campinas merece muito mais do que essa vergonha”.

Protetora diz ter sido impedida de entrar no DPBea

Rogério Capela/ Prefeitura de Campinas

Uma protetora de animais, com mais de 20 anos de atuação em Campinas, afirma ter encontrado impedimentos para tentar adotar um gato idoso no Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBea) da Prefeitura.

Segundo a denúncia, o impedimento de acesso físico à unidade em 20 de fevereiro inviabilizou a escolha direta do animal e a consequente destinação a um adotante previamente selecionado. “Eu tava com uma ótima adotante para um gato, o mais velho que eu conseguisse encontrar. Fui lá, mas não foi permitida a minha entrada, porque eu sei a situação precária de lá”, afirma Sandra Grace, a San.

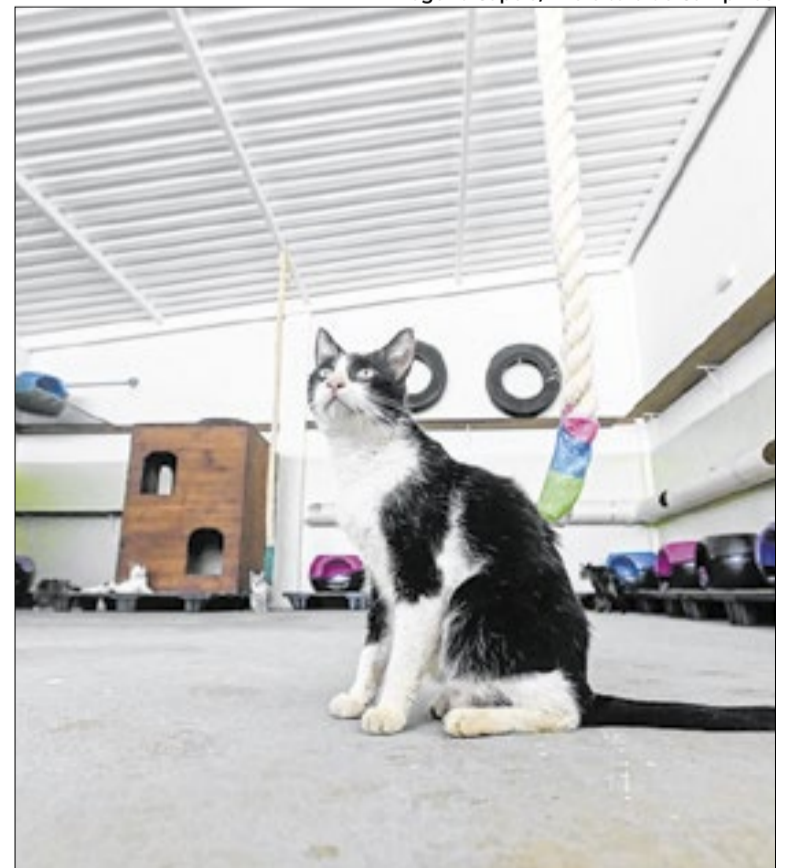
“Eu queria ajudar. Só que aí falaram que não era possível eu visitar, que eu teria que entrar no site e escolher o gato por lá. Só que isso não é possível, né? A gente que trabalha com gato, a gente tem que ver, né?”, declara.

Questionada pelo **Correio da Manhã**, a Prefeitura informou que o nome de Sandra Grace não consta nos registros de visita da data mencionada e ressaltou a realização de feiras de adoção quinzenais no Centro de Convivência, no Cambuí, onde interessados passam por entrevista e orientações profissionais sobre posse responsável.

A protetora Marynes Silva, do Abrigo Adorável Vira-Lata (avl-cps), questionou a ausência do registro oficial do nome da colega. “Como é que o nome dela estaria nos registros se ela foi impedida de entrar? Meu nome também nunca consta nos registros, porque acontece a mesma coisa com todos os protetores”, disse.

Marynes sustenta que as feiras não contemplam os animais em situação de maior vulnerabilidade, que são justamente os que mais precisam de adotantes. “É só

pra inglês ver. Todo mundo sabe o que acontece lá dentro, e é por isso, que eles não nos deixam mais entrar. Várias e várias denúncias foram feitas ao Ministério Público, que pediu solução várias vezes, até que o MP teve que entrar com ação porque só maquiagem era feita”, pontuou. O MP ingressou com uma ação civil pública contra o município por irregularidades operacionais, sanitárias e de infraestrutura, incluindo superlotação e falta de assistência veterinária contínua. Já a Administração municipal declarou que apresentará defesa legal e destacou a conclusão da primeira fase de reformas no departamento, com novas instalações para gatis, canis e ambulatório. Também citou o contrato com a Clínica Veterinária da PUC, em vigor desde 17 de março, que já atendeu 70 animais. Em 2026, o órgão contabilizou 31 adoções, e, em 2025, 206.



Novo gatil do DPBea, da Prefeitura, já foi inaugurado